



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE SAÚDE, PROMOÇÃO SOCIAL, TRABALHO E MULHER

PRESIDENTE: CALVO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA.

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 24/08/2016

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão

A SRA. PRESIDENTE (Noemi Nonato) – Na qualidade de Presidente desta audiência pública da Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher, declaro abertos os trabalhos da 11ª audiência pública do ano de 2016.

Informo que esta reunião está sendo transmitida através do portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço www.camara.sp.gov.br, link Auditórios *On Line*. A íntegra da transcrição desta audiência pública estará disponível ao público no portal da Câmara Municipal de São Paulo, no link Audiências Públicas Registro Escrito.

Foram convidados a participar desta audiência os Exmos. Srs. Alexandre Padilha, representado, neste ato, pelo Sr. Eurípedes Balsanufu Carvalho, da Assessoria Parlamentar do Gabinete do Sr. Secretário; Roberto Braguim, Presidente do Tribunal de Contas do Município.; Dr. Artur Pinto Filho, Promotor de Justiça de Direitos Humanos e Saúde Pública. Até o momento, está presente somente o Sr. Eurípedes.

Informo que as inscrições para pronunciamento devem ser feitas junto à Secretária da Comissão.

Passemos, agora, aos itens da pauta.

Declaro aberta a audiência pública ao PL 90/16, de autoria do nobre Vereador Andrea Matarazzo e desta Vereadora, que “dispõe sobre a concessão de auxílio creche às participantes do Programa de Proteção de Saúde da Gestante e do Recém-Nascido Mãe Paulistana, e dá providências”. Há alguém para se pronunciar? (Pausa) Não há. Declaro realizada a audiência pública do PL 90/16.

Registro a presença do Presidente desta Comissão, o nobre Vereador Calvo.

Passemos ao próximo item da pauta, PL 875/13, de autoria do nobre Vereador Calvo, que “dispõe sobre a instituição do Estatuto da Maternidade e Prevenção das Hipóteses de Risco Social, no âmbito do Município de São Paulo, nas condições que especifica, e dá outras providências”. Há alguém para se pronunciar? (Pausa) Não há. Declaro realizada a audiência pública do PL 875/13.

Passemos ao próximo item da pauta, PL 429/14, de autoria do nobre Vereador Eduardo Tuma, que “dispõe sobre exames oftalmológicos no início do ano letivo em alunos devidamente matriculados na rede municipal de ensino”. Há alguém para se pronunciar? (Pausa) Não há. Declaro realizada a audiência pública do PL 429/14.

Passemos ao próximo item da pauta, PL 438/14, de autoria dos nobres Vereadores Ricardo Young e Jair Tatto, que “disciplina os procedimentos relativos ao armazenamento de águas pluviais para o reaproveitamento e retardo da descarga da rede pública”. Há alguém para se pronunciar? (Pausa) Não há. Declaro realizada a audiência pública do PL 438/14.

Passemos ao próximo item da pauta, PL 337/15, de autoria do nobre Vereador Reis, que “dispõe sobre a adoção do cartão Leve Leite São Paulo para reduzir os custos do programa Leve Leite, e dá outras providências”. Há alguém para se pronunciar? (Pausa) Não há. Declaro realizada a audiência pública do PL 337/15.

Passemos ao próximo item da pauta, PL 528/15, de autoria do nobre Vereador Toninho Vespoli, que “dispõe sobre a atenção à saúde ocupacional dos profissionais de Enfermagem”. Há alguém para se pronunciar? (Pausa) Não há. Declaro realizada a audiência pública do PL 528/15.

‘Passemos ao próximo item da pauta, PL 661/15, de autoria do nobre Vereador Andrea Matarazzo, que dispõe sobre o programa municipal de Atenção Básica à Criança – ABC, e dá outras providências’. Há alguém para se pronunciar? (Pausa) Não há. Declaro realizada a audiência pública do PL 661/15.

Passemos ao próximo item da pauta, PL 37/16, de autoria do nobre Vereador Dalton Silvano, que “dispõe sobre o programa Agente de Saúde Voluntário de Combate à Dengue e outras doenças transmitidas pelo mosquito *Aedes Aegypti*, como dengue chikungunya, vírus Zika e outras, no Município de São Paulo, e dá outras providências”. Há alguém para se pronunciar? (Pausa) Não há. Declaro realizada a audiência pública do PL 37/16.

Passemos ao próximo item da pauta, PL 153/16, de autoria do nobre Vereador Gilson Barreto, que “dispõe sobre a proibição da comercialização de buzina de pressão à base gás propano/butano envasado em tubo de aerosol, a menores de 18 anos, e dá outras providências”. Há alguém para se pronunciar? (Pausa) Não há. Declaro realizada a audiência pública do PL 153/16.

Passemos ao próximo item da pauta, PL 379/15, de autoria do nobre Vereador Quito Formiga, que “assegura às doadoras de leite humano o direito ao pagamento de meia entrada nas sessões de cinema voltadas para mães acompanhadas por seus bebês”. Há alguém para se pronunciar? (Pausa) Não há.

Declaro realizada a audiência do PL 379/2015, o item 6 da pauta. Temos aqui o nosso Presidente dessa comissão e faço questão de passar a palavra a ele, que vai dar continuidade e prosseguir com o encerramento dessa audiência.

- Assume a presidência o Sr. Calvo.

O SR. PRESIDENTE (Calvo) – Agradeço à Vereadora Noemi Nonato pelas audiências públicas desses projetos que vão prosperar para outra comissão. Há projetos que estavam parados, mas que são de suma importância social, de combate a endemias e de proteção à maternidade.

A Folha de S. Paulo traz uma matéria sobre um grupo de pessoas pedindo para a Justiça interceder e liberar, judicialmente, o aborto para portadoras de zika. Tem um estudo real que é apenas 2% das mulheres que têm zika que podem gerar filhos com microcefalia. Então não é porque está com zika que já se pode achar que o filho vai ter microcefalia e, daí, sair abortando. Não pode. Não é essa sociedade que queremos. Desejamos uma sociedade mais humana do que científica.

Mas, mesmo científica, ainda não tem nenhum exame que diga assim: realmente você está com zika. Quer dizer, rápido não. Assim como também não tem vacina contra zika. Então, querem fazer uma tempestade num copo de água para liberar o aborto. Que

humanidade é essa?

A senhora, que é dos bons costumes, da família, da religião, então a senhora realiza audiência pública com aquele projeto da maternidade de risco social, de nossa autoria, que, desde já, abro parcerias a Vereadores que queiram partilhar dele. Afinal, a nossa Frente Parlamentar em Defesa à Vida está funcionando a todo vapor, graças a Deus.

A SRA. NOEMI NONATO – V.Exa. fala do PL 875, que é de V.Exa., dispõe sobre a instituição do Estatuto da Maternidade? É isso?

O SR. PRESIDENTE (Calvo) – Sim. Para quem quiser.

A SRA. NOEMI NONATO – OK.

O SR. PRESIDENTE (Calvo) – Inclusive foi analisado pelo então Presidente do Tribunal de Justiça, na época o Dr. Renato Naline, e ele, com louvor, pelo TJ, deu parecer que esse projeto deveria prosseguir pois é de grande cunho e avanço social. Então se os Srs. Vereadores assim quiserem, e entenderem, estejam conosco. Muito obrigado.

A SRA. NOEMI NONATO – Embora estejamos perto do encerramento da audiência, cometi um equívoco ao não chamar o Dr. Eurípedes para participar. Perdão. O senhor gostaria de se pronunciar. (Pausa) Tem certeza? Vamos terminar então.

Obrigada, Sr. Presidente. Nessa comissão, só tenho aprendido com V.Exa. e com os demais Vereadores médicos. Agradeço a todos, e gostaria de encerrar.

O SR. PRESIDENTE (Calvo) – Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada essa audiência pública.